

POLÍTICA, DEMOCRACIA E VOTO: LIÇÕES ELEITORAIS PARA O FUTURO DO BRASIL *

*Jairo Nicolau***

Introdução

Antes mesmo de começar, o segundo semestre do ano de 2022 já prometia ser intenso. E foi exatamente na vontade de se preparar para o que estava por vir que a Equipe Editorial da Revista de Ciências do Estado lançou no Volume 7, Número 2, o Dossiê *Política, Democracia e Voto: a disputa pelo poder*. Como se esperava, as eleições e o cenário político como um todo têm causado fortes emoções para os brasileiros e as brasileiras. Este ano eleitoral tem mostrado, com cada vez mais nitidez, que *política* é para quem tem coragem de disputar o futuro, *democracia* é o pressuposto de qualquer utopia e que *voto* é a efetividade dessa disputa utópica.

Desse modo, como a instabilidade talvez seja a palavra que traga a essência do que se vive hoje no Brasil, torna-se urgente o estudo da política brasileira. No confronto político, há certos grupos que alertam que a palavra “limite” tem caído no esquecimento e a democracia se vê, mais uma vez, sob ataque. É nesse jogo político de ataque e contra-ataque que o poder é disputado. Essa disputa significa, sobretudo, uma disputa ideológica, ou seja, diferentes visões de mundo e de futuro(s) se chocam e precisam aprender a conviver — nas palavras de Chantal Mouffe — agonisticamente. Por isso, instigando esse debate, a REVICE tem buscado entender como chegamos até aqui e como (re)configurar a cena política de modo a garantir o futuro da democracia.

Alçar-se ao desafio de interpretar o Brasil sozinho é, sem sombra de dúvidas, uma tentativa que já fracassou antes mesmo de ter começado. A realidade é complexa demais para ser entendida sob um só ponto de vista. Assim, para além de todas as contribuições de nossos autores deste Dossiê, a REVICE convidou para enfrentar esse desafio o Professor Jairo Nicolau, que possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense, mestrado e doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (antigo IUPERJ), tendo realizado estudos pós-doutorais na University of Oxford e na King's Brazil Institute (KBI), Grã-Bretanha. Atualmente, é

* Entrevista elaborada e realizada por Lucas Antônio Nogueira Rodrigues, João Pedro Braga de Carvalho e Vitória Geordania Rocha Lopes.

** Fundação Getúlio Vargas, Brasil.

Professor Titular e pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O Professor Jairo Nicolau é um dos cientistas políticos brasileiros mais renomados de todo Brasil, sua pesquisa e obras como *Sistemas Eleitorais* e *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018* são referências primordiais para compreender a política e o sistema eleitoral brasileiro. Como se verá, a presente entrevista — dividida em três partes: (i) Redes sociais e análise de dados; (ii) Sistemas de governo e sistemas eleitorais e (iii) Eleições, voto e futuro — tratará de questões da ordem do dia da política brasileira. O Corpo Editorial da REVICE deseja uma democrática e instigante leitura, esperamos que as linhas a seguir possam contribuir de alguma maneira com a discussão política do Brasil.

Entrevista

Redes sociais e análise de dados

Revista de Ciências do Estado: Desde as eleições de 2014, as redes sociais têm sido mais utilizadas como meio de propaganda eleitoral, seja pela sua capacidade de alcance, seja pela sua gratuidade. De alguma forma, contudo, há uma crescente incerteza quanto às consequências do uso da internet ao sistema eleitoral e à própria democracia brasileira, especialmente diante do fenômeno das notícias falsas espalhadas em grupos e redes privadas, sem controle algum. Professor, nesse sentido, como o sistema eleitoral brasileiro, e seu direito político, deveria tratar esse novo espaço de campanha tão ou mais relevante que os meios tradicionais?

Prof. Dr. Jairo Nicolau: A ascensão da internet foi um primeiro momento que criou uma novidade na política. Naquela época, os blogs, os sites de candidatos eram uma tentativa de ativar mais a propaganda política, facilitar o encontro com as pessoas, deixar material online, esse foi um primeiro momento que parecia que entraríamos em uma era de ouro da comunicação *online*. Mas, as redes sociais apareceram e elas vão ganhando tração ao longo da década de 2010, surgiram inicialmente como uma forma de comunicação e compartilhamento entre amigos e, enfim, o resto da história se conhece, pois os jovens já são socializados nesse mundo.

Assim, é claro que as redes sociais iriam afetar a política, é natural. Lembro que a mobilização de 2013 contou muito com as redes sociais de então, que eram muito

embrionárias ainda. As pessoas marcavam para encontrar na porta do metrô — achava aquilo fascinante. Era uma forma de comunicação que resolvia uma série de problemas de mobilização que a minha geração teve; antes, para se convidar as pessoas para uma manifestação, era necessário fazer panfletos, marcar um lugar, convidar as pessoas, torcer para as pessoas irem, montar um palanque, encontrar um carro de som, ou seja, era tudo mão de obra, pessoa física, e as redes trouxeram outras formas de comunicação e, naturalmente, isso ia afetar a política.

Porém, o que desbalanceou e o que foi a grande revolução no Brasil — não sou um especialista nessa área de redes sociais, mas na minha impressão — é que a mudança real no uso das redes sociais foi o Whatsapp — alguns até não o consideram uma rede social clássica, mas uma forma de comunicação entre as pessoas. Pelo seguinte, o Whatsapp, pela primeira vez, incorporou a massa, os pobres, as baixas escolaridades no mundo digital. Foi um processo de incorporação. Vejo isso por pessoas que conheço, funcionários de várias áreas começaram usar o Whatsapp como forma de falar com os filhos, namorar, trocar mensagens, ver filmes, se comunicar com o patrão e até se mobilizar. Isso em 2018 fez toda a diferença, particularmente no Brasil, porque foi muito bem usado pela campanha do Bolsonaro e dos seus seguidores que saíram na frente, usaram bem o mecanismo — não estou dizendo que isso explica a vitória de Bolsonaro, claro que não, mas foi um fator importante, não bastava ele ter uma mensagem, se ela não chegasse às pessoas. Se ele não tivesse como compensar o tempo de televisão que ele não tinha, como as pessoas iam conhecer Bolsonaro, votar nele? Realmente, as redes sociais a partir de 2018 ganharam muita potência.

Em 2018, apareceu junto com as redes sociais a mentira: a *fake news*, o novo nome para a mentira, para o boato, para a armação. Contudo, é importante dizer que são coisas que sempre aconteceram na vida humana. Todas as sociedades complexas conviveram com a fofoca, com a mentira, com o boato, não tenho dúvida disso. Acompanhei uma época analógica que também havia mentira, havia fofoca, que era plantada nos bares pelos adversários — a mentira sempre fez parte da comunicação política.

A *fake news* é uma mentira feita para enganar as pessoas, para confundir usando artifícios do tipo: cenas que o candidato não foi, montagens, truques. Isso em 2018 foi muito utilizado, mas não se sabe qual foi a influência disso na decisão do eleitor. Na minha estimativa, na época em que levantei material para o livro *O Brasil dobrou à direita*, é que houve um certo exagero da nossa visão sobre o que realmente afetou a escolha do eleitor,

pois se recebe milhares de notícias por dia, algumas são fakes. É a *fake* que me faz mudar de opinião? A notícia *fake* reforça a identidade ou muda voto? Enfim, se tenho a propensão a votar em certo candidato e se chegar uma notícia *fake* a respeito dele eu ignoro, ou mudo de voto? Não se sabe. Tem muito boato sobre o efeito das *fake news*, mas o fato é que elas foram muito usadas. Estou muito impressionado agora no segundo turno pois elas apareceram, no primeiro turno elas circularam, obviamente, mas, para o meu choque, estou vendo pessoas de esquerda, progressistas, também soltando *fake news* — viola completamente as minhas crenças, se é para ganhar uma eleição usando esse tipo de artifício é melhor não ganhar, o jogo não é esse, na verdade, o jogo é filtrar, denunciar, matar as notícias falsas que circulam.

Quanto à pergunta mais específica, o que fazer? É muito difícil. O que se posta em uma plataforma pública, como o Twitter — único que uso e pouco —, se assina. Se se exagerar, pode haver punição, tem-se o controle público e pode-se até apagar, mas alguém pode ter *printado*. Confesso que não sei como controlar a divulgação pela internet nas redes de contato pessoal, sobretudo o Whatsapp, que é o mais usado, ou o Telegram, ainda que menos, porque por estas redes é de um para o outro. A empresa — Whatsapp — tem feito um trabalho: expandiram o número de pessoas nos grupos — a sociedade, o TSE, a justiça, o Estado, estão mais preocupados, mas não sei, tecnicamente, como controlar. Quando o fato é aberrante se pode rastrear, denunciar, mas isso é um fenômeno que não para. Hoje, uma amiga publicou em seu perfil várias notícias falsas, como provocação, claro; ela, sendo de esquerda, resolveu fazer um pout-pourri de *fake news* contra o Bolsonaro — acho que é um protesto, acredito que ela esteja querendo influenciar alguém, mas é um vínculo direto entre *fake news* e a ação de uma pessoa.

Porém, do ponto de vista da política em geral, acho que vai ser muito difícil de controlar. Realmente me preocupa, mas, de novo, não sei qual é a influência das *fake news* sobre a decisão de voto. Às vezes as coisas são tão grotescas, por exemplo o Bolsonaro em um episódio de magia e bruxaria, que deixam as pessoas um pouco mais alertas. No entanto, o controle público não sei como fazer: é um desafio para os próximos anos tentarmos lidar com isso. Existem montagens ruins e outras muito bem feitas, é possível utilizar a voz de alguém para o fazer dizer algo que ele não disse — *deep fake* —, enquanto outras são mais grotescas — é um desafio para os próximos anos. Daqui a pouco o candidato vai ter dúvidas se ele falou aquilo ou não, isto é, vão fazer montagens avatares e falas de alguém dizendo

coisas que a própria pessoa vai ter dúvidas se disse, de tão bem feito que vai ser. É um mundo novo que vamos ter que enfrentar, não sei com que filtros, com que controle.

Revista de Ciências do Estado: Professor, frente à importância da análise de dados para a Ciência Política, e, conseqüentemente, para traçar as características principais da população, é possível identificar atributos materiais específicos de um determinado perfil ideológico? Ou seja, uma mudança em índices como: População Economicamente Ativa; IDH; GINI; Média de anos de Estudos, entre outros, seria suficiente para alterar ideologicamente determinada população?

Prof. Dr. Jairo Nicolau: Você está chamando atenção para algo que é importante: a demografia influencia o comportamento das pessoas — chamo de demografia esse conjunto de atributos apresentados na pergunta. E nós sabemos, a juventude tende a ser mais contestatória e na média mais à esquerda que as gerações posteriores, as pessoas mais velhas têm outros comportamentos, observamos também a relação entre homens e mulheres na eleição de 2018 e agora.

Tem fatores que, de fato, estão associados, mas não é uma lei, digamos, não é um fato imutável. Por exemplo, a classe média nos anos 1980 e 1990 era predominantemente de esquerda, o Brasil tinha uma classe média bem pequena, muitas pessoas de classe média tinham ido à universidade — não é que tivessem muitos brasileiros com cursos universitários, mas se tinha uma classe média mais intelectualizada nas grandes cidades que, em geral, votava na esquerda, no Partido dos Trabalhadores (PT) e, minoritariamente, dependendo do bairro, em outros partidos. Isso mudou ao longo do tempo.

Um segmento grande da classe média depois de 2006, isto é, nos primeiros ciclos de escândalos que afetaram o PT a partir do Mensalão, pula fora naquela eleição. Os pobres de mais baixa extração de renda e nordestinos de baixa escolaridade nos anos 1980 no Brasil eram eleitores da direita, eram os rincões. O Nordeste era o território dos coronéis, dos grotões — para quem já leu *Coronelismo, Enxada e Voto* do Victor Nunes Leal, era um mundo que hoje é do PT.

Há uma alteração na demografia que, claro, afeta a política, mas há uma mudança da política também dentro de cada segmento que não é estável no tempo. Nesse sentido, para compreender a política, precisamos entender que certas características e certos atributos dos indivíduos se segmentam desigualmente. Não é aleatório quem vota no Bolsonaro hoje, por

exemplo. Há uma diferença entre os segmentos: sabemos que é mais provável que um homem vote no Bolsonaro do que uma mulher, se ele for de escolaridade alta, é ainda mais provável que ele vote no Bolsonaro, se é uma mulher muito pobre, é bem mais provável que ela vote no Lula. Contudo, as segmentações sociais que nos ajudam a explicar certos comportamentos e certos perigos não são imutáveis no tempo.

O Brasil está ficando mais velho e com mais mulheres. As mulheres estão estudando mais — há mais mulheres que homens, hoje, com média e alta escolaridade — e saindo mais de casa. Nos últimos anos, — para se ter uma ideia — não para de crescer a população negra no Brasil, mas não é que está realmente crescendo a população negra, mas sim o número de pessoas que se autodefinem como negro, é uma outra mudança sociológica e se olharmos para cor e voto, era algo que não existia. Os que se definem de cor preta são majoritariamente pró-Lula e os brancos, mais ou menos, empatam, com leve predomínio de Bolsonaro. Mas, é claro que não é a cor da pele, é o fato de se ter mais renda, morar em certos lugares do Brasil, ser do sul. Reitero que não estou dizendo que é a cor da pele ou a raça que explica o voto, a cor traz uma série de aspectos de posição social que tem influenciado no voto hoje. É uma divisão social do voto hoje no Brasil que não é fixa, isso que quero chamar atenção. Ela muda no tempo e ela depende da política.

Os jovens já foram muito mais de esquerda do que são hoje, jovens urbanos universitários eram praticamente todos de esquerda. Um aluno universitário, sobretudo de universidade pública, diria-se que ele era de esquerda, era quase uma lei. Hoje não, entre os jovens universitários — não tem pesquisas só para esse segmento, mas provavelmente — tem muitos de direita — eu conheço, vejo estes jovens que se autodefinem como de direita, isso é um fenômeno novo. O Bolsonaro entendeu que quando incentivaram os jovens a votar para ajudar o PT, está equivocado, porque os jovens não são só de esquerda, entraram jovens para votar e votaram na esquerda e na direita. Talvez um pouco mais na esquerda, mas não é verdade esse estratagema para colocar jovem contra o Bolsonaro. A intenção de alguns pode ter sido essa e, se foi, foi leviana porque não está nada certo. Em 2018, o Bolsonaro ganhou entre os jovens, melhor entre os jovens homens, porque entre as mulheres foi mais apertado, houve um empate, mas entre os jovens homens foi 70% contra 30% no segundo turno. Então não é verdade que os jovens sejam tão de esquerda, ou seja, se Lula pensa assim, ele está com a cabeça dos anos 80, não está vivendo no Brasil que está votando nele, inclusive, nesse caso.

Sistemas de governo e sistemas eleitorais

Revista de Ciências do Estado: Professor Jairo Nicolau, durante a República, e especialmente após a redemocratização, podemos perceber que poucos foram os presidentes que conseguiram terminar seus mandatos — alguns renunciaram, outros sofreram impeachment, outros golpe. Assim, ainda que as circunstâncias históricas tenham sido determinantes, seria o sistema de governo presidencialista ainda é a melhor opção institucional para o Brasil?

Prof. Dr. Jairo Nicolau: Boa pergunta. É difícil falar porque comparar uma coisa que acontece com uma outra que não acontece é muita injustiça para o que está acontecendo. Sempre é possível idealizar, por exemplo, uma pessoa namorando alguém legal e sonhando com uma pessoa que não existe, que está fora, que viu no filme, que leu num romance, mas não existe, e se ela existir não está no seu radar imediato, no seu meio.

Comparar coisas que existem com coisas que não existem é sempre perigoso. Não saberia dizer como o Brasil funcionaria se nós tivéssemos um governo parlamentarista, apesar de ter simpatias pessoais *teóricas* com o parlamentarismo. Gosto da ideia de ter uma Casa que, eleita popularmente, tenha a função de construir governos. O governo é gerado a partir de um grande acordo político entre as forças — gera-se primeiro representação e depois gera-se governo. No Brasil, geramos governo e representação no mesmo dia — eventualmente, isso gera choques e conflitos. Imagine o que será o governo Lula num cenário com essa composição congressual — não espero grande facilidade para ele —, assim como para o contrário, se um Congresso muito progressista tenha um Presidente muito conservador — o Collor, por exemplo, ainda que não chegasse a ser tão reacionário quanto Bolsonaro, era um candidato que estava politicamente muito à direita do Congresso da época, creio que isso foi uma das razões da crise; o Congresso era conservador, mas tinha um grupo progressista de oposição ao Presidente no MDB, à época PMDB, o que causava uma dificuldade em fazer maioria.

Teoricamente gosto da ideia, mas não sei como funcionaria no Brasil. E outra coisa: não estamos começando do zero. Digamos assim, uma jovem democracia africana, que fez a independência de uma colônia nos anos 1990, 1980 e, sobretudo, nos 1970, ou um país que passou por muitos anos de ditadura, como Portugal, esses exemplos tiveram que refundar o país, começar um processo democrático, eles ficaram diante de uma folha em branco. O Brasil tem uma tradição de presidencialismo que é misturada com a República, ela nasceu já

adotando o presidencialismo que tinha sido inventado nos Estados Unidos — os republicanos podiam ter feito de outro modo, mas não aconteceu. Se tivéssemos democratizado o governo da Monarquia, estaríamos vivendo numa Monarquia Constitucional, com um Rei passeando em Petrópolis, com uma família real, se houvesse, e um Primeiro-Ministro, teríamos 200 anos de democracia constitucional, mas não foi o que aconteceu. Houve uma quebra, não houve uma democratização da monarquia, como aconteceu, por exemplo, na Bélgica, nos países escandinavos, no Reino Unido, neles foi uma democratização da monarquia que produziu democracia; aqui foi uma ruptura com a monarquia que criou uma oligarquia, que depois se democratizou, mas o presidencialismo é anterior à democracia no Brasil.

Então é difícil. Talvez no momento em que o Brasil pensar numa reforma institucional para sistemas de governo, tenha que pensar no modelo do tipo português, ou francês, de um presidente coabitando, convivendo com um Congresso. Assim, haveria um Primeiro-Ministro que cuidaria da vida doméstica e o cargo de Presidente teria um papel de chefe de Estado, representação institucional — há países que fazem isso e o presidente é forte, como o caso da

França, e há o modelo no qual o presidente é mais fraco, como Portugal.

O parlamentarismo tradicional, esse que é basicamente derivado na sua origem da monarquia, acho que dificilmente teria entrada no Brasil agora — veja essa eleição que falamos apenas de duas *pessoas*, mas não falamos de ideias. O que Lula propôs para a economia? Não tenho ideia. O que Bolsonaro propôs para o segundo mandato? Não tenho ideia. O que eles pensam sobre mudança climática? Não tenho a mínima ideia! Mudança no mundo do trabalho, incorporação da juventude... uma série de temas que eles têm opiniões clichês, mas, o Brasil discutiu apenas personalidades: um é autoritário, outro quer dar o golpe, outro quer voltar para era de ouro, enfim, foi um debate centrado nas pessoas, e a escolha do eleitor é muito centralizada na pessoa; portanto, é difícil quebrar isso para um modelo, digamos, parlamentarista puro.

Se tivéssemos começado a República do zero, diria que adotar o parlamentarismo parece ser mais inteligente, já que primeiro se produz representação, e da representação se gera governo. Qualquer quebra da relação entre governo e representação, se tira o governo e põe-se outro no lugar — o impeachment da Dilma era um impeachment de parlamentarismo, foi queda de gabinete, usando a lei de maneira capciosa para derrubá-la, mas aquilo foi a típica queda de gabinete, ou seja, ela não conseguia mais governar e só se

precisava de um pretexto, encontraram umas peladas e pronto; o fundamento era incapacidade de governo. Quando se tem incapacidade de governo, como recentemente na Itália, se derruba o gabinete, se convoca eleição e pronto: refaz-se o pacto — do ponto de vista conceitual e teórico isso é bonito, embora casos como a Bélgica que ficou anos sem Primeiro-Ministro por não conseguir um acordo; muita gente critica o fato da Itália não ter estabilidade; há outro lado também: os países parlamentaristas ficam criticando o próprio sistema porque em muitos casos ele é instável, qualquer ruído no legislativo cai-se o gabinete e se o gabinete não forma nova maioria, tem-se novas eleições. Isso também começa a chatear a população, a política não pode incomodar tanto assim, a elite política tem que fazer o trabalho dela e dar uma certa paz para as pessoas. Quem ler sobre a Itália, por exemplo, pode notar que é um país que não sossega, não se tem paz para investir, para as pessoas se divertirem, para tocar a vida, porque aquilo é uma política *barafunda*, uma confusão.

Revista de Ciências do Estado: Professor, especificamente sobre o sistema eleitoral brasileiro e suas recentes mudanças legais, de que forma essa estrutura influencia e, até mesmo, pode favorecer certos estilos de candidatos? E, usando aquilo que Roberto Mangabeira Unger chama de imaginação institucional, quais mudanças o senhor proporia para o nosso sistema eleitoral?

Prof. Dr. Jairo Nicolau: Nessa eleição de agora, pela primeira vez, tivemos o que se chama de sistema proporcional de lista puro, digamos assim, de lista aberta, sem Coligação, cada partido foi caminhando com suas pernas, muitos partidos relevantes ficaram sem eleger deputados em estados importantes porque não atingiram o coeficiente eleitoral. Caminhamos, claramente, para um enxugamento, uma compactação do sistema partidário no âmbito nacional e deve ter acontecido o mesmo nas Assembleias. Se não me engano, foram 13 partidos, e as federações, que ultrapassaram a cláusula de 2% nacional, os outros que se estabeleceram abaixo desse patamar de 2% vão ficar os próximos anos sem tempo de televisão, sem fundo partidário, ou seja, a vida será difícil para alguns partidos e eles tenderão a desaparecer.

Estamos caminhando para um sistema partidário mais enxuto e esse sistema pode dar alguma alguma vitalidade à nossa ideia de representação. Com menos partidos, daqui a quatro anos, seis anos, se tudo não mudar, se saberá que o PL é o partido da direita e que o PT representa quem pensa de determinada forma. Agora, com tantos partidos na televisão as

diferenças são mínimas, a confusão dos nomes é gigantesca, não conseguimos mapear o quadro partidário. A tendência é ter um sistema melhor, com partidos maiores, com maior estruturação e, assim, não sou totalmente insatisfeito com o sistema atual, às vezes acho que num certo momento deveríamos experimentar a lista fechada, mas, de novo, isso vai ser difícil de discutir, porque vão falar que partido terá um dono que vai fazer a lista, dessa forma, melhor que o eleitor decida a ordem dos candidatos.

Quando se olha o resultado das urnas, em alguns casos, tem-se uma certa frustração: há pessoas fundamentais na vida interna do partido, mas que não conseguiram se eleger, e outros que são cantores gospel, determinados pastores, lideranças civis que não tem nada a ver com a vida partidária, elas entraram ali e acabaram se elegendo. É difícil encontrar um equilíbrio entre fortalecer os partidos e dar espaço para participação, são os partidos que vão atrair essas pessoas, mas essa eleição, me parece, foi um choque para muita gente e o jogo agora ficou muito difícil. Para se eleger para deputado federal é preciso de muita gente, quando eu era mais jovem e tinham menos partidos e menos candidatos, as pessoas com cinco mil votos, oito mil votos, se garantiam pois um outro político chegaria com 150 mil. Nesse sistema aberto, aqueles políticos de poucos milhares de votos tentam a sorte, na televisão tem vários desse tipo: um “imperador” político local que tenta ser deputado federal, abre a urna e recebe apenas 3.000 votos.

A tendência é, também, da compactação na corrida para a Câmara dos Deputados — vai ser coisa de gente grande. Para entrar, será preciso ter estrutura e isso tende a dar um pouco mais de vertebração, de organização nos partidos. Nesse momento, estamos caminhando para uma reforma melhor: o regime proporcional brasileiro acabou com as coligações e criou uma cláusula de desempenho nacional — que é de 2% e vai chegar a 3%.

Não sei o porquê dos deputados terem tomado essa decisão, mas eles tomaram, e agora o movimento de pulverização que assistimos ao longo, sobretudo, desse milênio chegou ao fim — é como uma onda que foi muito longe e está voltando muito rápido.

Temos um partido com, praticamente, 100 cadeiras, que é o PL; o PT, com a Federação, ocupa 80; de acordo com o que li, o União Brasil e o PP vão se fundir nos próximos dias e vão criar mais um partido de 100; então, estamos mudando completamente a natureza daquele Congresso sem partido grande, entraremos numa democracia de grandes partidos e vai ser uma espécie de corrida para ver quem é o mais rápido para sobreviver — alguns partidos foram muito mal e outros foram melhores, mas houve muitos derrotados nessa eleição. Agora, hoje eu não alteraria o sistema, já propus e escrevi muito sobre a

reforma, mas deixemos decantar essa reforma que foi feita e vamos ver seus efeitos, acho que estamos no caminho certo.

Eleições, voto e futuro

Revista de Ciências do Estado: Durante as eleições recentes, o número de pesquisas eleitorais — ou pelo menos suas divulgações ao público — aumentou significativamente, o que surtiu efeitos diversos. Diante desse cenário, a pesquisa eleitoral, enquanto instituto que reflete a intenção do eleitor, pode ao mesmo tempo moldar uma preferência de voto?

Prof. Dr. Jairo Nicolau: É uma pergunta boa, porque não sabemos. Acompanho pesquisas desde que entrei na política, digamos, elas nasceram comigo politicamente, simultaneamente a mim, quando virei eleitor — as pesquisas começaram em 1982. Em todos esses anos, sempre se tem essa dúvida sobre qual o grau de influência das pesquisas na decisão do eleitor. É perceptível que haja algum: o famoso “voto útil” só pode ser feito se houver um balizamento, se não tem pesquisa, não tem como fazer, a menos que se faça intuitivamente. Em eleições no passado de cidades do interior, o tamanho do comício era usado como parâmetro de quem estava mais próximo da vitória. Existe uma influência das pesquisas, não sei qual a magnitude dela, porém, acho que ela é sobredimensionada, as pessoas deram muita importância para o efeito do voto útil — por exemplo, o caso recente do Ciro Gomes quanto ao efeito do voto útil para a vitória do Lula. O fato de alguns candidatos diminuírem no final pode ser fruto de oscilação de pesquisa, fruto de eleitores que acabaram mudando o voto, mas não para outro candidato e, sim para nulos e brancos — não se sabe de onde saiu o fluxo de quem ganhou.

Assim, é impossível pensar, para mim, uma democracia sem pesquisa, e não digo apenas pesquisa eleitoral, mas pesquisas por amostragem de opinião também, elas servem para dar balizamento para políticas públicas, para saber o que as pessoas pensam sobre vários assuntos, confianças nas instituições, atitudes em relação a vários temas e avaliação de governo.

A questão é que a pesquisa eleitoral em si ganhou nessa eleição um espaço gigantesco que nunca vi antes. Primeiro porque houve muitas pesquisas e segundo porque a imprensa deu muito destaque a elas — acho que faltou assunto, visto que foi uma eleição que não aconteceu nada. Tivemos um 7 de setembro e um debate, praticamente os únicos

eventos de campanha forte, e o resto foi uma declaração, uma viagem, nada relevante. Então a imprensa começou, digamos, a se esmerar na cobertura, não focada na qualidade, mas na intensidade — e todo mundo também começou a se comportar como se as pesquisas fossem, de fato, uma balança de precisão, em diferenças mínimas, avaliando pequenas divergências. Porém, as pesquisas não podem oferecer isso: o instrumento da pesquisa não é uma balança de precisão, é uma balança daquelas de feira antiga, que se coloca um peso e vai equilibrando com outros, é uma coisa meio grotesca, ela capta um número e traz embutida a ideia do erro.

Qual ferramenta você conhece que além da precisão lhe dá a imprecisão junto? Não existe. O nosso erro é que nós não conseguimos usar e ler as pesquisas, e com “nós” refiro-me a cidadãos, mídia e, até mesmo, os cientistas políticos. Por exemplo, “o Lula está entre 40% e 45%”, isso é manchete de jornal? O jornal quer é mudança, alteração brusca, virada, porém, a pesquisa é um instrumento que oferece imprecisão, ela fornece uma estimativa com os erros, estes que podem ser maiores, aquele é só o erro estatístico, tem erros de todo tipo. Então, aquela margem de erro é só para lembrar as pessoas que aquilo não é balança de precisão. Imagine alguém indo pesar querendo saber o seu peso e a balança diz que está entre 76 kg e 80 kg, se se quiser perder 1 kg, essa balança não serve, mas é isso que é uma pesquisa, ela te dá uma estimativa muito rude. Quando há uma diferença forte entre os candidatos já não é um grande problema, por exemplo, situações nas quais haja um candidato com 40%, um com 25%, outro com 8 pontos percentuais, se sabe que o de 40%, se tudo for feito direito, ganhará.

Além de estarmos lendo as pesquisas de forma equivocada, os institutos não ajudam, eles apresentam os dados como se fosse uma corrida de ponto. E isso eu li, não estou inventando, eu vi na manchete de jornal de um site desses de notícia que era assim: “fulano sobe um ponto, beltrano desce 1”, ou seja, nada aconteceu, mas se formos viver em um mundo onde nada acontece, não tem imprensa. Se houver esse tipo de notícia: “amigos, boa noite, hoje tiveram três milhões de aeronaves que saíram dos seus aeroportos e chegaram em outros, o planeta está maravilhoso, nenhum avião caiu”, não terá audiência, a notícia é, claro, quando o avião caiu. O avião cai, mas o número de voos que existem no mundo em um dia é na casa de milhões, em um ano de bilhões. A imprensa tem o fundamento de dar a notícia da variação, da mudança, e a pesquisa não é necessariamente essa ferramenta, por isso tem-se uma “força de barra”.

Seria mais correto, por exemplo, falar que a distância do Lula para o Bolsonaro poderia estar entre 11%, e isso pode subir dois para um lado ou para outro e essa diferença

vai a 7%. Mas quando se diz que a distância é 11%, o eleitor fala “uma beleza, com 11% está dentro”. Enfim, os institutos e os órgãos de imprensa não sabem comunicar o que um produto pode fazer. É como se, por exemplo, se estivesse vendendo uma balança de banheiro para medir o produto da cozinha. Estamos usando uma ferramenta errada e os institutos não estão avisando o que se pode em uma pesquisa, porque se eles avisassem fica muito menos emocionante. Se há menos variação, se tudo poder estar dentro da margem, e se tudo é uma oscilação, qual é a graça de ficar divulgando tanta pesquisa? Divulgue uma por mês! Porém, isso não gera conteúdo para o jornal e não vende. Essa lógica é quase natural na imprensa, falo muito com jornalistas e o modo operacional jornalístico é a busca do extraordinário, da variação, e não a busca da continuidade. A continuidade é para o sociólogo, para o historiador e não para o jornalista.

Revista de Ciências do Estado: Revivendo o mesmo exercício imaginativo de Rip Van Winkle proposto na introdução de seu livro *O Brasil dobrou à Direita*, imaginemos agora alguém que, acometido pelo sono de Rip, tenha dormido novamente por quatro anos. Adormentou em 29 de outubro de 2018, logo após o resultado das eleições no segundo turno que elegeu Jair Messias Bolsonaro e acordou no dia de hoje, dia 05 de outubro de 2022, há 25 dias do segundo turno. Como o senhor explicaria, em síntese, o cenário atual? E ainda, se em 2018 o Brasil dobrou à Direita, qual rumo o país parece tomar em 2022?

Prof. Dr. Jairo Nicolau: Essa é uma boa imagem que uso na abertura do meu livro. Acho que ele vai acordar e vai continuar assustado, pois 2018 pegou todo mundo de surpresa, mas achamos que tinha parado lá, porém a surpresa se repetiu. O Bolsonaro, relativamente, foi mais forte que em 2018, e tínhamos teorias, diria, simplórias para explicar o Bolsonaro, “foi a facada; foi a prisão do Lula”, entre outras, mas isso já é passado. Agora não, a força, não do Bolsonaro, mas da direita, nessa eleição foi algo espetacular. Isto significa que houve uma reconfiguração da política brasileira, mais do que em 2018. Naquela época, Bolsonaro era um *cometa*, atualmente não, as urnas revelam como se a direita tivesse se institucionalizado e criado raízes.

O título do meu livro é *O Brasil dobrou à Direita*, agora a direita se enraizou e ganhou potência em um país que não estávamos vendo isso — o exotismo, o estilo de governo Bolsonaro, as aberrações do ponto de vista das políticas públicas na Pandemia, tudo isso nos fizeram acreditar que uma parte do Brasil o abandonaria, porém não abandonou.

Quem o abandonou praticamente foi derrotado, o ex-bolsonarista não sobreviveu, quem sobreviveu foi o senhor Moro que apoiou o Bolsonaro já no segundo turno, ou seja, a força e a potência da liderança do Bolsonaro não podem ser desconsideradas. Além de que não é só ele elegendo figuras ligadas a si, é Bolsonaro como líder de um campo que não existia com essa potência no Brasil, que é a direita — e não estou falando que é direita autoritária, fascista, não, é apenas direita, toda democracia tem uma direita: Estado Unidos tem Republicanos; Reino Unido tem os Conservadores; a Democracia Cristã na Alemanha. O Brasil não tinha uma direita e parece que nessa eleição surgiu uma direita, e temos que entender que direita é essa.

A esquerda sobreviveu, mas sobreviveu, sobretudo, o PT, mais do que a esquerda. De um lado o PT e de outro uma nova direita muito forte e um país sem centro — o PSDB chegou com uma bancada que é piada (três deputados), um desastre total levando em consideração o que o partido já foi: o governo de São Paulo, de Minas, a Presidência do Brasil. A política se reconfigurou de forma que de um lado há uma direita muito forte desequilibrando o jogo e do outro uma esquerda mais frágil que em 2018, mas mais petista. O PT desequilibrou a disputa interna da esquerda, na federação fizeram 80 cadeiras, mas o outro lado saiu bem mais forte, uma direita mais orgânica que faz essa fusão de bolsonarismo com o centrão, que possibilitou uma capacidade de organização que Bolsonaro não tinha, ele é o homem de mobilizar, mas agora ele tem alguém para organizar.

Essa é minha impressão do que estamos vivendo nos primeiros dias depois de domingo: um Brasil que está mudando politicamente e precisamos entender quem são essas pessoas, o que elas pensam, o porquê de votarem assim, quais são os valores. É muito fácil chamar todo mundo de fascista, achar que todo mundo é evangélico, mas não é isso. Por exemplo, o rapaz de Minas que teve 1 milhão e meio de votos, o agronegócio, os empreendedores de São Paulo, uma parte da classe média gaúcha, o Leblon, a explicação desse sucesso eleitoral não é só aquilo, isto tudo quer dizer alguma coisa, não é só bolsonarismo, extremismo e *fake news*, a coisa é mais funda.

É nisso que vamos ter que nos dedicar a entender nos próximos anos, entender o conservadorismo, que não é mais a carola da igreja católica, mas é todo mundo que é da direita. É melhor começarmos a usar o termo *direita*, o Brasil tem uma direita com várias configurações internas e precisamos entendê-la. Esse é o grande desafio intelectual, inclusive meu, que já pensava em estudar outras coisas, mas não posso abandonar esse tema, porque ele desafia vários cientistas sociais. E voltando para a pergunta anterior, não estávamos

vendo o que estava acontecendo porque as pesquisas estavam nos iludindo — não na presidencial, que erraram por 4%, por 2%, mas as demais pesquisas —, elas não perceberam o conservadorismo nacional, houve uma dificuldade em capturar uma parte do Brasil, que, por alguma razão, as pesquisas não conseguiram. Enfim, é esse o quadro político que estou vendo, os desafios da política nessa nova configuração: esquerda vai ter que sentar para conversar, o que sobrou do centro não sei o que vai ser, mas não é mais o quadro partidário da Nova República.

Como citar esta entrevista: NICOLAU, Jairo. Política, democracia e voto: lições eleitorais para o futuro do Brasil. Entrevistadores: RODRIGUES, Lucas Antônio Nogueira; CARVALHO, João Pedro Braga de; LOPES, Vitória Geordania Rocha. *Revista de Ciências do Estado*, v. 7, n. 2, p. 1–16, 2022.

Realizada em 05.10.2022

Publicada em 29.10.2022



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional